

ATA Nº 228/2019

Aos vinte e cinco dias do mês de julho de dois mil e dezenove, às oito horas e trinta minutos, na sala de reuniões da Secretaria de Assistência Social, situada na Avenida Ernani Cotrin, 163, Centro, no município de Capivari de Baixo-SC, reuniu-se ordinariamente o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), sob a condução do presidente, o conselheiro André Pinto Dalcárobo (APP). Estando presentes os conselheiros: Daiani Antunes (Secretaria de Assistência Social - CRAS), Elisabeth de Medeiros Gomes (Pastoral da Criança), Eliezer Marques Costa (Grupo Escoteiro Carijós), Vitor Cesar Paris (Secretaria de Obras), Rosinetti Cardoso da Rosa (Clube Esperança), Zélia Schneider (EPAGRI), Rosa Machado Silveira (CEACA), Eduardo Vieira de Oliveira (Polícia Militar), Mário José da Silva (Sec. de indústria, comércio e desenvolvimento rural – Defesa Civil), Renata de Oliveira de Souza Roque (Sec. de educação), Patrícia de Oliveira Benhardt da Silva (Sec. de adm. e finanças), Hamilton Gomes de Sousa (APAE), José Paulo dos Reis (SINTRESC), Fernanda Firmino da Silva (Secretaria de Saúde – CAPS) e Marcos Paulo Nunes de Souza (AJL). Ainda estiveram presentes: Guilherme Cechelero (Assessor de rede), Ariele Priscila Valadares da Silva (Conselho Tutelar), Karla Fernandes Felix (Conselho Tutelar) e Alessandra Francioni (Sec. de Assistência Social). André declara aberta a reunião, sauda a todos, e diz que no dia anterior tiveram o primeiro fórum da rede, onde de lá alguns saíram cansados, outros energizados, mas que hoje dá início à reunião às 8h44min, diz que deram alguns minutos de tolerância para que os conselheiros chegassem. André informa que a ata da reunião anterior está passando e solicita que verifiquem os nomes, reforçando que é importante estarem completos. Com relação à justificativa de faltas, André passa a palavra a Sabrina, que diz que não recebeu. André reforça que essa questão da justificativa já vem sendo reforçada de reuniões anteriores que deve ser encaminhada ao conselho por escrito, pois segundo o regimento interno o elevado número de faltas poderá levar até a exclusão da entidade da entidade no conselho. Com relação ao próximo item da pauta: informe conselheira Elizabeth, da comissão do FIA, sobre os envios dos ofícios às empresas solicitando apoio ao FIA, André explica que a comissão do FIA se reuniu e decidiu fazer uma estratégia para realizar a campanha em longo prazo, sendo que em reuniões anteriores obtiveram a relação das empresas, e foi decidido encaminhar a estas empresas um ofício. André questiona para quantas empresas foi mandado o ofício. Sabrina diz que aproximadamente oitenta e nove. André lê o ofício de nº 207/CMDCA/2019 em sua íntegra, e explica que junto a ele foram encaminhados folders e adesivos do FIA. André diz que ficou de oficiar a Receita Federal, relatando que o ofício foi feito, mas ainda não conseguiu entregar por falta de tempo. André explica que o ofício foi confeccionado com o objetivo de questionar as empresas de lucro real existentes no município à RFB, para que a comissão do FIA possa realizar outras ações. André diz que o próximo assunto é o informe das respostas dos ofícios encaminhados ao executivo, pela conselheira Patrícia. André questiona se a conselheira quer a palavra ou ele informa o que ela já foi resumido a ele. André diz que quanto ao ofício que solicita os servidores para trabalhar no dia da eleição do conselho tutelar, já encaminhou ao setor de RH e até o início da próxima semana procurará o Rogério. Outra questão que foi encaminhada ao Executivo através de ofício foram os documentos do projeto do Grupo Escoteiro, até pra dar uma resposta ao Grupo, então os documentos se encontram lá sendo analisados. Outra questão encaminhada foi da contratação do assessor de rede para dar capacitação aos novos conselheiros tutelares. Patrícia diz que foi passado alguma coisa verbalmente, mas prefere que mandem um posicionamento final. André diz que com relação a essa capacitação tiveram outros orçamentos apresentados na reunião anterior, mencionados pela conselheira Luciane: o orçamento da Mariana Jacques. André questiona quais foram os demais. Sabrina diz que recorda da Graziela Damacena. André diz que foi levantado que o Guilherme poderia mandar o orçamento. Guilherme pede licença para fazer uma correção, e fala que na reunião passada sugeriu para usar a assessoria para realizar essa capacitação e não que fosse através de nova contratação. André confirma e diz que solicitou um orçamento para ter uma noção, mas estão aguardando o parecer da administração sobre o questionamento encaminhado via ofício, devido a Comissão Eleitoral já ter discutido isso em reunião e ter aprovado o Guilherme e concordado que seria extra. André diz que se não for possível através de aditivo retornarão aos orçamentos. Eliezer diz que na eleição anterior a capacitação foi contratada através da AMUREL. André diz que a Comissão eleitoral já discutiu. Rosa diz que a capacitação da Amurel não foi positiva. André diz que é importante ter a capacitação para os

novos conselheiros entrarem no ritmo de trabalho da rede. André diz que ontem pontuou no fórum que o Guilherme entrou num ritmo e foi conduzindo, mudando, acelerando. Rosa concorda e diz que fez todos trabalharem. Guilherme diz que quer deixar claro que pode realizar o trabalho enquanto assessor, para não ficar mal entendido que quiz se promover. André diz que todos entenderam e relata que receberam o relatório dos atendimentos do mês de junho do Conselho tutelar, e questiona se as conselheiras têm conhecimento de que ele solicitou em reunião anterior as conselheiras tutelares presentes que fizessem uma apresentação. André diz que tem a apresentação no e-mail e encaminhará para o do CMDCA para discussões e sugere que enquanto chega o e-mail irá adiantar o próximo item da pauta: sobre a minuta de lei CT, André informa que a mesma ainda não foi encaminhada, pois não foi editada a minuta de lei em word, está disponibilizada em pdf, o que foi feito foi um parecer comparativo da comissão de normas com a lei atual, então terá ainda que atualizar para encaminhar. André passa para o próximo item e diz que será publicada a lista dos candidatos do conselho tutelar e que o Guilherme fará uma conversa hoje a noite no CEACA com eles sobre a função do CT, explica que não sobre aspectos jurídicos, mas funcionais, passando a palavra a Guilherme para que explique melhor. Guilherme explica que será uma reflexão com os candidatos ao conselho tutelar do que a rede espera e o que as crianças e adolescentes esperam deles. Outra questão é fazer uma reflexão de que estes candidatos, que irão à comunidade buscar voto, não devem ser inimigos uns dos outros, pois chega a desgastar os conselheiros tutelares. Guilherme diz que o importante é frisar o que os une. Eliezer questiona se nesse encontro serão passadas as regras da eleição. André diz que foi acordado com o Guilherme de falar nos primeiros minutos de dar orientações: sobre a numeração, que segundo o TRE informou que são três números, sendo sugerido pela comissão acrescentar o número um na frente do atual, e que o nome do candidato deve ter até trinta caracteres. Eliezer questiona se será urna eletrônica. André confirma e diz que serão três urnas, mas está em conversa para conseguir mais. Eliezer diz que formarão filas, pois da outra vez, apesar de que não foram eletrônicas, mas foram oito urnas, oito salas e tiveram muita fila. André diz que a pessoa do TRE que ele está em contato vai repassando as informações aos poucos, mas informa que está em contato direto. André diz que é importante pontuar com os candidatos que pode abrir multa caso o candidato descumpra questões da campanha que constam no edital. André retorna ao item do relatório do Conselho tutelar e diz que são gráficos que possibilitam ter uma noção, mas não dá pra ter comparativos, André diz que na tabela que trouxe estão dados de janeiro a junho, explicando que no primeiro gráfico a informação trazida está separada por sexo, no segundo pelas violações, nos seguintes: idade, bairro e violador. André diz que essa é a principal ferramenta para construir a política, é o que podem visualizar e comparar. André diz que com relação à vaga de CEI tem que ter uma conversa com a administração. André sugere que façam uma separação: superlotação em estabelecimento, vaga em CEI, vaga em escola, razão da própria conduta, ato infracional, pois facilita ao CMDCA fazer o seu papel de fiscalizador. André exemplifica com a automutilação, dizendo que devem ver essa questão na saúde e educação. André passa a palavra ao Guilherme. Guilherme sugere fazer um comparativo bimestral ou trimestral dos dados, e não realizar a análise todo mês. Guilherme diz que é importante ressaltar que o CMDCA é controlador não só das violências, mas controlador dos direitos, dizendo que o CMDCA deve fiscalizar a violação dos direitos por organizações tanto não governamentais como governamentais. Guilherme diz que o conselho deve fazer reflexões e após solicitar a vaga, verificar se estão conseguindo suprir. Guilherme solicita que Renata, como representante da educação no conselho traga informações sobre as vagas, como está essa questão no setor, para fazer um comparativo. Guilherme diz que não vê a necessidade de separar, o importante de o conselho monitorar é fazer editais focados, como por exemplo, para trabalhar a negligência, aberto para entidades como: Grupo Escoteiro, CEACA, APAE, com o objetivo de possibilitar projetos inovadores, que só irão existir quando se faz o diagnóstico, Guilherme reforça que não vê a necessidade de separar. André diz que seria somente separar para verificar a causa. André diz que lançou em planilha o relatório do Conselho Tutelar, ficando mais fácil a visualização e trazer as informações bem mastigadas para saber onde trabalhar, André diz que podem fazer um mapa digital. André diz que no curso do TRE foi disponibilizado onde procurar dados através da tecnologia e sugere que utilizem esses recursos de informática. Guilherme diz que analisando o gráfico, ali dá de ver que tem muitos casos de negligência no município, e questiona, dizendo que é apenas por questão técnica, o que seria representante, pede para definir. Karla diz que é o

responsável, que não o pai ou a mãe. Guilherme diz que com relação aos adolescentes deve haver uma discussão melhor. Guilherme sugere criar um grupo, muito importante a participação da Educação, do poder público presente para discutir essas questões. Karla diz que com relação à evasão escolar no município, por não ser alfabetizada a criança vai desistindo, geralmente na sexta-série. Renata diz que a educação tem programas somente nas séries iniciais, Guilherme diz para colocar metas para diminuir a evasão. Patrícia questiona a questão de drogas onde fica. André diz que é o sexto item do gráfico. Karla diz que geralmente a escola que denuncia, raramente a família. Eliezer questiona se são sempre os mesmos casos, ou seja, passam de um mês para outro ou são novos casos. Karla diz que são casos novos. Eliezer diz que é preocupante. Karla explica que geralmente não denunciam na primeira infância: quando a criança vai suja e é visível que a troca de roupa e até de fralda não acontecem. Mário diz que atualmente tem uma associação de futebol, e diz que o ginásio do município funciona três vezes no ano, e que o CMDCA pode levantar dados para ajudar a resolver o problema, pois forcem a polícia, CT a atender os adolescentes em caso de negligência, mas devem focar em prevenir, como por exemplo: fazer ações que envolvam esporte. Mário diz que nenhum juiz ou promotor força o prefeito a fazer campos, o poder público está focado em fazer prisões, mas em sua opinião devem fazer escolas, quadras, apoiar na atividade física. Mário diz que o CMDCA é uma ferramenta para fazer o poder público gastar. Mário diz que escola de futebol no município não pode fazer. André diz que é isso que estão fazendo esse ano: reuniões de rede, do CMDCA, essas questões estão sendo discutidas mais na rede, André lembra que tiveram reunião com o judiciário, onde estiveram presentes as secretárias principais. O fórum de ontem onde esteve presente o juiz, e demais autoridades: prefeito, vice, presidente da câmara, que compuseram a mesa. André diz que as entidades apresentaram seus trabalhos, inclusive o tenente temporário da Polícia Militar falou sobre o PROERD. André explica que foi onde o Expedito entrou em contato, para informar que tem a solução para o esporte, que existe o basquete na instituição que está em evidência. André diz que referente à questão da automutilação a Fernanda trouxe alguns dados, e frisa a importância de o CMDCA focar nos dados e fazer alguma coisa. Marcos sugere que se reúnem fora das reuniões do CMDCA para trazer ações com base no disposto no quadro. André diz que outra questão que trouxe é de a verba do FIA passar na Câmara, André diz que está com um parecer do Tribunal de Contas, que o antigo presidente havia solicitado e vai trazer a questão na Comissão de Normas. Rosa complementa dizendo para fazer um ofício à administração questionando porque ainda passa, sendo que em outros municípios não é necessário. André diz que a sua sugestão é fazer uma comissão da ação, de ir lá e trabalhar efetivamente, o fórum foi feito por uma comissão de trabalho, e tem também um grupo que trabalha a questão da negligência que se reúnem de quinze em quinze dias, mas que estão em constante contato por whatsapp. André diz que devem unir ações da rede e CMDCA. Patrícia diz que envolve as escolas Estaduais também, com relação ao que o Mário falou, em resumo não se faz algo, mas depois tem que cumprir, pois são cobrados. Mário diz que estão preocupados em punir. Patrícia diz que deveriam estar preocupados com a prevenção. Guilherme diz que o conselho foi propositivo, o conselheiro propôs formar uma comissão, porém devem colocar metas: até quando essa Comissão será feita. André passa a palavra a Vitor. Vitor diz que hoje tem o diagnóstico, agora tem que agir: seja pelo esporte, cultura. Guilherme diz que devem pensar como ampliar oportunidades de esporte e cultura. Guilherme diz quais os assuntos que não foram trazidos pelo Conselho Tutelar: a automutilação não aparece nos dados do Conselho Tutelar, porém apareceu no encontro que teve com a educação. Guilherme diz que encaminhará ao e-mail do CMDCA algumas questões para conversarem. André diz que solicitaria uma resposta da Renata, sobre as ações que estão sendo realizadas na Educação, mas ela saiu. Guilherme diz que o tema no momento não é a automutilação, mas quando será feita essa Comissão de Ação. André diz que já podem deliberar sobre essa formação da comissão. André diz que podem criar um grupo, que posteriormente vire uma Comissão Permanente. Guilherme diz que, como assessor, cabe questionar se seria uma comissão ou um grupo de trabalho, pois se for grupo de trabalho podem entrar convidados, mas se for comissão deve haver o mesmo número de membros governamentais e não governamentais. André diz que seria um grupo de trabalho. Os presentes formam o grupo de trabalho das ações: Marcos, Alessandra, Expedito, Karla e André. André passa a palavra a Expedito. Expedito informa que também estão atuando na área da criança e do adolescente, e vem ao conselho trazer informações: jovens que vem de Tubarão com suas bicicletas treinar basquete,

atualmente são cinquenta crianças do Morrotes, mais especificamente do beco do quilinho, que vem fazer treinamento de basquete em Capivari, portanto diz que é um assunto similar, pertinente: existe o sub 13, sub15, sub 17, informa que Capivari receberá a etapa regional de basquete no Ginásio do Santo André. Expedito diz que durante o mês de agosto terão os jogos estaduais de basquete nos quais os jovens participarão e que acontecerão em Capivari, e solicita o auxílio na divulgação, pois em outras cidades há uma grande participação de público, o que sente falta em Capivari. Expedito explica que o time recebe apoio via Fundação Municipal do Esporte de Tubarão, tem vagas e informa no site da FUCAP está disponibilizada a tabela de horários, e diz que também estão expostos na FUCAP troféus do sub 12, sub 13 feminino e diz que o time participará de um campeonato dia 10 de agosto, pede o apoio na divulgação. E coloca-se à disposição do conselho. André diz que foi concedida a fala ao Expedito, pois tem um trabalho com criança e adolescente que o CMDCA não tinha conhecimento. André diz que fica registrado que há mais essa ação do grupo FUCAP no município. André passa a palavra à Fernanda. Fernanda informa que de janeiro a julho chegaram 19 casos ao CAPS, então é possível perceber que há uma falha das professoras em passar para frente. Fernanda diz que trouxe os dados separados por idade, e passa as informações aos presentes: sexo feminino: 11 anos, 1; sexo feminino: 12 anos, 1; sexo feminino: 13 anos, 6; sexo feminino: 14 anos, 3; sexo feminino: 15 anos, 3; sexo feminino: 16 anos, 1; sexo masculino: 8 anos, 1; sexo masculino:13 anos, 2; sexo masculino:18 anos,1; André diz que esse assunto da automutilação foi passado à Secretária de Educação Yara, e questiona se como representante da educação a Renata teria um retorno. Renata nega. Hamilton diz que devem levar em consideração que pode ter modismo de desenhar na pele, se um faz o outro faz, como é também o caso da baleia azul, Hamilton questiona qual o critério para classificar em automutilação. Fernanda diz que o maior relato realizado pelos atendidos é o conflito familiar. Rosa diz que essa questão foi discutida com os professores e Yara se dispôs, informando que tinha recurso, então já estão tendo interesse em realizar ações. Fernanda diz que agora cresceu. Karla relata que não tem denúncia, não chega aos serviços. André diz que devem discutir qual é a ação, e fala que é pra isso a criação de um grupo de trabalho de ação, para o grupo entrar em contato com as secretárias e cobrar. André diz para registrar na ata para cobrar, estabelecer um encontro fora da reunião. Hamilton diz que devem ter dados reais. André diz que foi apurado na educação. Rosa sugere ao conselho fazer um ofício para as escolas cobrando para comunicarem o CT nesses casos, para ter uma cobrança e monitoramento. Renata diz que houve um caso recente em que a mãe disse que estão se metendo demais na vida dela. Expedito diz que na FUCAP tem o curso de psicopedagogia clínica, existe também o MP dentro da FUCAP, e que fica à disposição. Eliezer diz que realmente é caso para o grupo de trabalho realizar uma ação, devem levantar o que está gerando, por exemplo: a evasão escolar pode ser desinteresse da criança, da família, ou questão financeira, de não ter como levar, e diz que esse grupo deve trabalhar essa questão. Eliezer diz que deve ser verificado se terão representantes de cada Secretaria, pois se o assunto a ser discutido for evasão escolar deve ter um integrante da educação. André diz para encerrar esse assunto, e que posteriormente esse grupo de trabalho poderá se tornar uma Comissão permanente do CMDCA, informa ainda que o grupo pode acionar os representantes das pastas, Secretarias, visitar o Gabinete, ou o que for necessário. André diz que o próximo assunto é deliberar sobre a mudança dos representantes da Associação Jorge Lacerda, que consta no ofício de nº 38/2019 da AJL, juntamente com uma procuração, de que Marcos Paulo Nunes de Souza será o representante da Associação Jorge Lacerda e Luana Faustino de Freitas será a suplente. André relata que a participação do Marcos é importante por ele ter conhecimento na elaboração de projetos, até para fazer o edital, ter mudanças para ter a efetividade plena. André diz para Marcos auxiliar a Comissão devido a sua experiência. Eliezer questiona sobre ele ser da produtora ECO. André diz que por isso veio uma procuração. Marcos explica que o contrato é por projeto, estará representando até dezembro. Eliezer questiona se não for renovado o contrato indicarão novo representante e questiona se Luana é funcionária da Associação Jorge Lacerda. Marcos confirma. André diz que no silêncio os novos representantes serão aprovados. Não havendo manifestações, conselheiros aprovam por unanimidade. André diz que o próximo assunto são os programas e ações da Associação Jorge Lacerda. Marcos explica que fizeram a readequação dos projetos: Estação Cultural e Guardas Ambientais. Marcos diz que tiveram que readequar as questões dos valores devido ao valor repassado, e informa que tem uma previsão de captação similar para agosto, portanto disponibilizaram apresentando

o novo plano de trabalho. Sabrina informa que ainda não seria o assunto dos projetos e sim os programas e ações da AJL que foram encaminhados por e-mail. Marcos diz que foi apresentado no dia anterior no fórum. Conselheiros dão o ok. Marcos diz que atualmente o Guardas ambientais foi iniciado com recursos próprios da Associação Jorge Lacerda, e pretendem no segundo semestre trabalhar com o FIA. Com relação ao projeto Estação Cultural, por enquanto ainda tem verbas providas da lei de incentivo a cultura, porém explica que querem ampliar o atendimento. Eliezer diz que os conselheiros devem ler o que é encaminhado por e-mail, e diz que se inclui nessa fala, mas que a primeira fala sobre os projetos deve ser do presidente André, e diz que após dará as suas considerações, para ver o que foi mudado ou não. Vitor questiona se os projetos já iniciaram. Marcos confirma, mas diz que não com os recursos do FIA. Vitor diz que existe uma Comissão de Fiscalização do CMDCA que deve realizar visitas na entidade para fiscalizar o projeto. André reforça que os recursos do FIA ainda não estão sendo utilizados. Rosa ressalta o quanto é importante estar em pauta na reunião para os conselheiros verem e o assunto ser discutido, pois todos os conselheiros têm os seus compromissos e não tem como parar para ver todos os inúmeros e-mails que são mandados. Rosa diz que às vezes demora quatro meses para vir o recurso, e diz que os projetos devem estar disponibilizados na reunião para discutir, pois se perguntar acredita que dois ou três tenham lido o e-mail que foi enviado. Rosa diz que a mesma coisa em relação às atas, deveriam parar para ler. André diz que também há atas que não leu e diz que o projeto inicial da A.J.L. foi aprovado com a previsão de iniciar em abril, e que o mesmo não previa o parcelamento, então dos dois projetos foram aprovados o total, mas não começaram a trabalhar com o FIA. André diz que foi publicado no site da prefeitura que o projeto havia iniciado com o recurso do FIA, porém informa que no mesmo momento em que teve conhecimento procurou o Álvaro da comunicação para retirar. André diz que na reunião que teve no Parque ambiental não teve acesso aos custos, ou aos orçamentos a serem apresentados na prestação de contas, bem como não teve a informação se foi passado por licitação os materiais ou quem irá fornecer os materiais. André diz que devem prestar contas de forma transparente, por exemplo, no projeto prevê R\$ 10.000,00 de acessórios e materiais, de qual empresa será comprada, ou informar se foi licitado. Eliezer diz que sua primeira fala foi direcionada a ele próprio, pois nos primeiros projetos encaminhados não parou para olhar, porém informa que analisou as readequações dos projetos, e questiona como foram aprovados em fevereiro sem ter nenhum orçamento anexado, eles apresentaram simplesmente a tabela de valores. Não especificaram: quem são os professores, horas-aula, dentre outros itens essenciais para a apresentação. Eliezer diz que veio mais cedo e pediu os projetos originais para ter certeza se era apenas o que estava disponibilizado digitalmente ou havia algum anexo, porém não tinha. Então diz que é um absurdo ter sido aprovado sem terem apresentado um orçamento sequer. Eliezer diz que na readequação também não veio discriminado e sem nenhum orçamento. Eliezer diz que os valores dos projetos, por lógica, deveriam ser a metade e que os conselheiros devem ter em mente que o projeto cancelado é igual a qualquer outro projeto financiado pelo FIA, que devem entender que o recurso que entrou não é o dinheiro da empresa, é um recurso público que direcionaram para o FIA. Eliezer diz que já negaram recurso para a APAE por no projeto ter pagamento para a empresa que o fez, pois foi entendido que quem deve pagar é a empresa. Eliezer diz que tem de gastos mais de R\$ 40.000,00 com o pessoal. E diz que ficou surpreso em saber que não é mais o protetor ambiental da polícia ambiental, mas sim uma versão privada do projeto. Eliezer diz que conversou com os que eram responsáveis: a Camila do Conselho Ambiental e o Sargento Carlos e o custo do projeto era de R\$ 20.000,00 para o ano inteiro, considerando que com parceria de instrutores grátis, de uniformes, pois a versão original do projeto foi encabeçado pela Policia Militar ambiental, onde tiveram duas turmas, e nesses projetos apresentados o valor mais que dobrou. Eliezer diz que não sabe com chegaram a esse ponto, sem que nenhum dos conselheiros, incluindo ele, observassem. E diz que sendo que os projetos já iniciaram, como irão resolver lá na frente, pois o FIA só se pode gastar depois de receber, sem poder haver qualquer tipo de restituição às verbas já gastas, da forma em que está como a Comissão irá fiscalizar ou como a instituição irá prestar contas. André passa a palavra ao Marcos. Marcos diz que não é R\$40.000,00 o valor que consta. Eliezer diz que está considerando a soma de todos os itens. Marcos diz que tem o valor com o uniforme, e diz que a demanda aumentou seriam duas turmas na parte da manhã e da tarde, além disso, estão investindo em um marketing mais forte e agora tem que destinar recurso para instrutor. Eliezer diz que o dinheiro do FIA não pode ser gasto com marketing. André

sugere que os projetos sejam encaminhados para a Comissão de Normas analisar. Rosa diz que não viu o projeto todo na época, e diz que houve um projeto do CEACA que, após a Comissão analisar, retornou por falta de uma assinatura em um orçamento. Rosa diz que por isso fala que às vezes, quando é para o CEACA o conselho penera um mosquito, mas pra outros passa um elefante e relata que o projeto deve ter objetivo, meta, cronograma e outra questão é que não é papel da Comissão e do conselho analisar a prestação de contas, quem irá analisar nota por nota é o Controle Interno. Rosa diz que o papel da Comissão é verificar se o projeto está acontecendo, se na prática estão atendendo a quantidade de crianças que foi apresentado no projeto. Rosa diz para adequar e arrumar onde o recurso será gasto e sugere que tenha uma assessoria às Comissões. André questiona a opinião do Guilherme. Guilherme diz que o CMDCA deve cobrar da entidade, mas também do governo. Guilherme diz que esse é o papel do CMDCA, e diz que o conselheiro fez a lição de casa. Guilherme diz recordar que quando chegaram os projetos, como era verba cancelada, correram para aprovar, e que recorda de terem ficado até depois do meio dia aguardando uma assinatura. Guilherme diz que entende que ficaram empolgados por entrar verba no FIA, que é importante reconhecer os erros, mas que devem aprender com eles. Guilherme diz para passar pela Comissão, verificar se dá pra solicitar para readequar, ou cortar se tiver que cortar, ficam com a ideia que é mais fácil a entidade trazer um projeto cancelado e passar e não é esse o objetivo. Vitor questiona se já foi repassado o valor que foi aprovado. André nega e diz que somente entrou na conta esse valor dos projetos readequados. Vitor diz que os projetos da Associação Jorge Lacerda em nada tem haver com os projetos da APAE. Vitor diz que da APAE foram apresentados dois projetos, dos quais a comissão sugeriu à entidade realizar a readequação e não foi apresentado. Vitor concorda que nesse caso dos projetos da AJL a Comissão de Normas irá se reunir para discutir. Eliezer diz que outra falha da correria é não ter passado a readequação pela Comissão de Normas. André diz que abriu fala, mas não para dizer que estejam prevaricando um ou outro. André passa a palavra a Zélia. Zélia diz que todos têm suas segundas, terceiras e até quartas atividades, suas problemáticas, porém criaram comissões internas, como a comissão de normas com o objetivo de clarear mais para trazer à plenária, e concorda que na ânsia de ter esse recurso os projetos foram aprovados com algumas irregularidades, como a questão do orçamento apontado pelo conselheiro Eliezer. Zélia diz que na época ficou claro o porquê que foi cortado o projeto da APAE, tanto pelo conteúdo e não ter questões específicas. Zélia diz que em sua opinião antes de aprovar a readequação teria que ter o parecer da comissão de normas. André concorda que passará pela comissão de normas, portanto os itens seguintes da pauta ficaram prejudicados. Rosa diz que mais uma vez a pauta ficou muito extensa, Rosa diz pra selecionar os assuntos mais importantes, pois é preferível que tenham uma pauta menor. André diz que dessa vez não conseguiu parar para ver. Zélia pede a confirmação se os projetos serão encaminhados para a Comissão de normas. André confirma. Rosa diz que deve ter uma norma igual para todos, e diz que a entidade deve corrigir, completando que em sua opinião se não forem aprovados pela comissão de normas nem deve ir à plenária. André confirma dizendo que caso não se verifique a correção, não será repassado. André diz que está sempre conversando, hoje tem a presença da assessoria de rede, portanto ótimo o conselheiro ter apontado a tempo. Rosa diz que o fórum foi um marco histórico para Capivari. Eliezer explica que levantaram projetos do passado para lembrar erros, para que não cometam os mesmos. Eliezer diz que devem criar critérios, e diz que não está chateado por não ter passado o aditivo, mas de serem tratados de formas diferentes. Eliezer diz que por questionamento da comissão trouxe a aplicação do valor investido e diz que não esteve presente na reunião da Comissão de Normas, mas que observou através da ata que esse valor foi questionado, o que chateia são os critérios onde são baseados. André diz que os critérios estão na lei, no ECA, no edital. André segue aos demais itens da pauta, e diz que a comissão do FIA sugeriu fazer mais materiais para a campanha de arrecadação, porém ainda não trouxe o orçamento, então esse item também está prejudicado. Sabrina diz que antes de fazer o orçamento os conselheiros devem decidir a quantidade e quais materiais querem fazer. André diz que verão na comissão do FIA. André diz que outro assunto que traz na palavra livre é a ata do primeiro fórum, assinados pelos integrantes da mesa, esse documento estará em anexo na cartilha a ser confeccionada. Eliezer questiona se já está no site. André nega e diz que até então o documento estava com ele, mas que irão disponibilizar. Rosa diz que foi passada a nova cartilha do FIA do TCE. André diz que no Ciclo de estudos do TCE, em Criciúma, do dia 23, terça-feira, na qual do conselho participou

também a Rosa e a Sabrina, foram passados vários sites e links que possibilitam a fiscalização pelo conselho. Com relação à questão de passar os projetos pela câmara, após questionamento da Rosa o próprio palestrante disse para batalhar, pois a deliberação é do CMDCA, portanto direciona para a Comissão de Normas discutir e questionar a administração essa questão de passar na câmara. Hamilton pede a palavra e diz que tem evento no dia 06 de agosto Painel sobre Sustentabilidade no Complexo Termelétrico Jorge Lacerda, inscrições através do 36234006. E nada mais havendo a tratar-se, foi encerrada a reunião às 11h10min. E, para constar, eu, Sabrina Medeiros da Silva, assistente administrativo do CMDCA, lavrei a presente ata que, após lida e aprovada, segue subscrita pelos membros presentes.